

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, DE 2006
(Do Sr. Joaquim Francisco)

Solicita informação do Sr. Ministro da Saúde, sobre a oferta da tecnologia de reprodução assistida a casais soropositivos ou sorodiscordantes para o vírus da imunodeficiência humana – HIV, na rede de serviços do Sistema Único de Saúde.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 24, inciso V e § 2º, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro da Saúde, pedido de informações no sentido de esclarecer esta Casa sobre a oferta, pela rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, da tecnologia de reprodução assistida a casais soropositivos ou sorodiscordantes para o HIV.

JUSTIFICAÇÃO

A infecção pelo HIV atinge pessoas bastante jovens, ainda em idade reprodutiva, sendo cada vez maior o acometimento de pessoas de orientação homossexual. Assim, é possível supor que boa parte desses

indivíduos queiram ter filhos e que isso ocorra em condições de segurança para que não haja a transmissão vertical do vírus para o feto.

Existem, atualmente, diversas tecnologias de reprodução assistida voltadas para casais soropositivos e para casais sorodiscordantes para o HIV, que reduzem de forma importante a possibilidade de infecção tanto do parceiro quanto dos filhos advindos dessa relação. Recentemente, o Ministério da Saúde lançou a Política de Direitos Sexuais e Reprodutivos que, entre outras ações, vai disponibilizar técnicas de reprodução assistida para pessoas portadoras do HIV, pelo Sistema Único de Saúde.

Dada a importância dessa política que visa a garantir o direito sexual e reprodutivo dos casais em geral e, em particular, das pessoas infectadas pelo HIV, solicitamos desse Ministério informações sobre as indicações, os procedimentos adotados, o custo-benefício e o grau de segurança alcançado com as tecnologias de reprodução assistida empregadas no caso de casais soropositivos e sorodiscordantes para o HIV.

O objetivo dessas informações é conhecer melhor o Programa, que contempla medidas de alta complexidade, principalmente em termos dos recursos financeiros necessários para sua implementação, sua exequibilidade e oportunidade, dentro do quadro sanitário atual.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado JOAQUIM FRANCISCO